

Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

05/12/2015

O Estado de S.Paulo

CPI do Carf cita grandes empresas

O Estado de S. Paulo - 05/12/2015

Relatório final da comissão fala em irregularidades envolvendo 73 pessoas e empresas, entre elas Santander, Bradesco e Gerdau

Igor Gadelha
Lorena Rodrigues/
Brasília

A CPI no Senado que investigou esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) aprovou relatório final em que cita irregularidades no julgamento de mais de 70 processos pelo órgão, envolvendo 73 empresas e pessoas físicas, como bancos, montadoras e siderúrgicas. Entre as companhias, foram citadas Santander, Bradesco, Gerdau e MMC Automotores, fabricante da Mitsubishi no País. Os processos alvos das irregularidades são bilionários – no caso do Santander, por exemplo, são duas ações de R\$ 3,64 bilhões cada. O relatório contribuiu para queda das ações de algumas dessas empresas na Bolsa de Valores, no pregão de ontem.

As ações Gerdau PN caíram 9,63% e Metalúrgica Gerdau recuaram 8,95%. Também citados no documento, Bradesco viu suas ações ordinárias cederem 2,91% e preferenciais cederem 1,37%. Já as units do Santander recuaram 0,77%. Elaborado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdo B-AM), o relatório teve como base o documento da Polícia Federal sobre a Operação Zelotes. De acordo com o levantamento da PF, algumas dessas companhias manipularam os julgamentos no Carf para anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados, por meio de "vários esquemas de corrupção" operados por lobistas. Essas ações teriam resultado em sonegação fiscal de pelo menos R\$ 19 bilhões. No relatório, a senadora deu "prioridade" às empresas que teriam movimentado os maiores montantes.

Pela apuração da CPI, o caso mais "representativo" foi o da MMC/Mitsubshi. A montadora é acusada deter se favorecido de "tráfico de influência" exercido por consultorias e escritórios de advocacia, com lobistas com "forte influência" no Carf, que conseguiram eliminar 99,6% de uma autuação da companhia, reduzida de R\$266 milhões para R\$960 mil. A relatora disse que resolveu dar prioridade a alguns casos porque já há inquéritos abertos pela Polícia Federal para apurar os crimes de algumas empresas. Segundo o relatório, a existência desses inquéritos foi considerada "fundamental para evitar que se perdesse o foco da CPI".

"Não se considerou oportuno que a CPI, portanto, demandasse tempo para investigar fatos que a própria PF considerou de difícil comprovação." Algumas empresas citadas na Operação Zelotes foram "absolvidas" pelo relatório da CPI. Entre elas, está a Ford. O documento afirma que, "pelo que se constatou", a montadora sofreu "verdadeiro achaque" por parte da mesma "quadrilha" de lobistas que beneficiou a MMC, que tentou "vender" os mesmos serviços para conseguir anular ou reduzir a multa da montadora. O relatório ressalta, no entanto, que a empresa não teria aceitado a oferta. Empresas.

Procurada, a Gerdau disse que "jamais pagou, adiantou ou repassou qualquer importância a funcionários públicos nem a escritórios externos citados no relatório da CPI do Carf" e que nunca concedeu autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais. O Santander, por sua vez, disse que ficou sabendo da denúncia contra ele pela imprensa e que solicitou às autoridades por duas vezes acesso aos autos do processo, mas os pedidos teriam sido negados, pois o banco não estaria sendo investigado.

O Bradesco declarou que possui estrutura jurídica própria, única autorizada a representar o banco em processos, que não contratou nenhuma assessoria jurídica adicional e que "jamais

coadunou, negociou ou praticou atos que tenham violado as regras internas de compliance – bem como as leis vigentes no País". Procurada, a MMC Automotores do Brasil não se pronunciou sobre o assunto. Além de citar as empresas, o relatório pediu à PF o indiciamento de 28 pessoas, a maioria ex-conselheiros do Carf, lobistas e servidores públicos. Da base aliada ao governo, a relatora não pediu o indiciamento de nenhum político nem de suspeitos de participar da "compra" de medidas provisórias em 2009 e 2010 para favorecer o setor automotivo, entre eles o ex-ministro Gilberto Carvalho e Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula.

O Globo

Meta menor em 2016 ameaçaria nota do país

O Globo - 05/12/2015

Indicação foi dada pela diretora da S&P Lisa Schineller a analistas de mercado

Martha Beck
Bárbara Nascimento
BRASÍLIA

Analistas do mercado que conversaram com a diretora da agência Standard & Poor's (S&P) Lisa Schineller, na semana passada, quando a executiva esteve no Brasil, relataram que ela deu fortes indicações de que a redução da meta fiscal de 2016 seria motivo para um novo rebaixamento da nota de crédito do país.

Diante da queda acentuada da arrecadação e das dificuldades para o Congresso aprovar boa parte das medidas necessárias para garantir um superávit (resultado positivo na diferença entre receitas e despesas do governo), como a recriação da CPMF, o Ministério do Planejamento sugeriu ao Palácio do Planalto reduzir a meta. O Ministério da Fazenda, porém, é totalmente contrário à proposta.

Evitar frouxidão fiscal

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem defendido a manutenção da meta fiscal de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso, com o argumento de que a redução neste momento daria ao mercado um novo sinal de frouxidão fiscal, o que pioraria as expectativas e poderia provocar um novo rebaixamento da nota do Brasil pelas agências de classificação de risco.

O esforço é no sentido de não sinalizar aos agentes econômicos que o governo terá três anos consecutivos de déficit nas contas federais. Em valores nominais, a meta de 2016 foi fixada em R\$ 43,8 bilhões, dos quais R\$ 34,4 bilhões, ou 0,55% do PIB, cabem ao governo federal e o restante aos estados, municípios e estaduais. Mas, o mercado financeiro já estima um déficit primário de 0,7% do PIB nas contas do ano que vem, segundo a pesquisa Focus do Banco Central. Os analistas também esperam uma recessão de 3,19% do PIB em 2016.

No entanto, a Fazenda acredita que será possível chegar ao superávit prometido, não apenas com as medidas que o Congresso tem que aprovar, mas também com outras ações para melhorar a eficiência da arrecadação. Uma delas é a retomada dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Na próxima semana, por exemplo, estão na pauta para julgamento processos com valor de R\$ 200 bilhões em créditos tributários.

Recursos liberados

Ontem, foi publicado no Diário Oficial decreto que desbloqueia R\$ 11,2 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) que estavam congeladas desde segunda-feira. O bloqueio foi feito para atender recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a equipe econômica só gerisse o Orçamento com base em meta fiscal já aprovada pelo Congresso, que previa superávit de R\$ 55,3 bilhões. Na madrugada de quarta-feira, o Congresso deu aval para a revisão da meta fiscal de 2015, acomodando um déficit de até R\$ 119,9 bilhões.

Enquanto os parlamentares não davam o sinal verde para a nova meta, a equipe econômica optou por suspender os gastos. O contingenciamento afetou, por exemplo, diárias e

passagens, salários de terceirizados, água, luz, telefone e aluguéis da União, além de investimentos.

Correio Braziliense

Impeachment rápido será bom

Correio Braziliense - 05/12/2015

Joaquim Levy diz que, ao superar crise política, Brasil terá bases mais sólidas para retomar o crescimento. No entender dele, o processo aberto por Eduardo Cunha poderá ser um motivador de transparência. Ele prevê um 2016 difícil, com mais desemprego

ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, acredita que, quanto mais rápido se desenrolar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, mais rapidamente o Brasil poderá se recuperar da crise. No entender dele, a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de colocar em discussão o impedimento da petista pode ser positivo enquanto "motivador de transparência". Levy foi enfático: "Acho que o impeachment não atrapalha, ele é um motivador para trazer mais transparência e para reafirmar o compromisso com a política econômica".

Em reunião na sede da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), em São Paulo, Levy afirmou que "não é segredo" para ninguém que a incerteza política tem afetado o Produto Interno Bruto (PIB), que cairá quase 4% neste ano, e a arrecadação federal, que terá forte retração neste ano. Para ele, o fato de o impeachment trazer clareza ao processo é positivo. "A presidente teve muita tranquilidade em deixar claro que havia um desejo de avançar no processo", frisou.

No entender do ministro, a despeito da sensação de paralisa em Brasília, não se deve desanimar, pois muito está sendo feito para que o país tenha um 2016 melhor. Ele destacou como exemplo o registro, no Senado, do projeto que cria fundos que permitirão a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS). Citou ainda a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 154, que injeta mais R\$ 20 bilhões do Orçamento de 2016, e a limpeza feita no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). "Não podemos ficar só lendo jornal falando que, ano que vem, vai ter contração e não fazer nada", destacou.

Apoio

Segundo Levy, há apoio suficiente no Congresso para se aprovar as medidas necessárias ao ajuste fiscal, como a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016. "Tenho conversado com deputados da oposição e da base do governo. Eles sabem que isso é importante, que o povo brasileiro está esperando a votação desses temas fundamentais", assinalou.

Confiante, o ministro, disse que, quando se olha para trás, contata-se que, em inúmeras vezes, o Congresso respondeu às necessidades do país. "Nossos representantes estão conscientes disso e têm procurado ajudar. As votações das últimas semanas demonstraram esse entendimento", afirmou. Apesar do otimismo, Levy reconheceu que 2016 não será fácil, devido, sobretudo, ao aumento do desemprego. "Mas o governo está na direção certa e a economia tem capacidade de recuperação muito rápida" assinalou.

Para Levy, o país já mostrou habilidade ao lidar com desafios em diferentes condições de mercado e não se furtará de encarar problemas estruturais e de reverter problemas políticos. Na avaliação dele, para dar mais confiança aos investidores estrangeiros, é necessário enfrentar as incertezas de curto prazo, que são grandes e, muitas delas, políticas. "Acredito que estamos deixando o país ainda mais atrativo aos investimentos. A curto prazo, focaremos nos problemas que temos agora e sairemos melhor do que antes", afirmou.

Dívida

Sobre a possibilidade de o Brasil vir a ser rebaixado pela duas agências que ainda mantêm o selo de bom pagador do país - a Moody's e a Fitch, Levy destacou que o mais importante é o Brasil reforçar seu compromisso com o crescimento econômico, com a disposição para cumprir seus contratos e ter uma dívida do tamanho adequado. Desde que Dilma Rousseff tomou posse, em janeiro de 2011, a relação entre o endividamento público e o Produto Interno Bruto (PIB) passou de 52% para 66,1%. "Na hora em que Brasil deixar claro esses compromissos, creio que conseguiremos afastar o risco de um novo rebaixamento", enfatizou.

Na mesma toada, o ministro frisou que a importância da transparência do Orçamento da União. Na avaliação dele, tudo vem sendo conduzido de forma que se saiba o tamanho do deficit deste ano, que pode chegar a R\$ 119,9 bilhões, e que o buraco decorre, principalmente, da queda das receitas.

Diário de Pernambuco - PE

Grandes empresas ligadas a fraude bilionária

05/12/2015

CPI do Carf aprovou relatório que aponta o beneficiamento de companhias em julgamentos irregulares

A CPI no Senado que investigou esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) aprovou relatório final em que cita irregularidades no julgamento de mais de 70 processos pelo órgão, envolvendo 73 empresas e pessoas físicas, como bancos, montadoras e siderúrgicas. Entre as companhias, foram citadas Santander, Bradesco, Gerdau e MMC Automotores, fabricante da Mitsubishi no país. Os processos alvos das irregularidades são bilionários - no caso do Santander, por exemplo, são duas ações de R\$ 3,64 bilhões cada.

O relatório contribuiu para a queda das ações de algumas dessas empresas na Bolsa de Valores, no pregão de ontem. As ações Gerdau PN caíram 9,63% e as Metalúrgica Gerdau recuaram 8,95%. Também citado no documento, Bradesco viu suas ações ordinárias cederem 2,91% e preferenciais cederem 1,37%. Já as units do Santander recuaram 0,77%.

Elaborado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o relatório teve como base o documento da Polícia Federal sobre a Operação Zelotes que também sustentou a criação da CPI. De acordo com o levantamento da PF, algumas dessas companhias manipularam os julgamentos no Carf para anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados, por meio de "vários esquemas de corrupção" operados por lobistas. Essas ações teriam resultado em sonegação fiscal de pelo menos R\$ 19 bilhões.

No relatório, a senadora deu "prioridade" às empresas que teriam movimentado os maiores montantes. Pela apuração da CPI, o caso mais "representativo" e "paradigmático" foi o da MMC/Mitsubishi. A montadora é acusada de ter se favorecido de "tráfico de influência" exercido por consultorias e escritórios da advocacia, compostos por lobistas com "forte influência" no Carf, que conseguiram eliminar 99,6% de uma autuação da companhia, reduzida de R\$ 266 milhões para R\$ 960 mil.

A relatora disse que resolveu dar prioridade a alguns casos porque já há inquéritos abertos pela Polícia Federal para apurar os crimes de algumas empresas. Segundo o relatório, a existência desses inquéritos foi considerada "fundamental para evitar que se perdesse o foco da CPI". "Não se considerou oportuno que a CPI, portanto, demandasse tempo para investigar fatos que a própria PF considerou de difícil comprovação", diz a senadora Vanessa Grazziotin.

Algumas empresas citadas na Operação Zelotes foram "absolvidas" pelo relatório da CPI. Entre elas, está a Ford. O documento afirma que, "pelo que se constatou", a montadora sofreu "verdadeiro achaque" por parte da mesma "quadrilha" de lobistas que beneficiou a MMC, que tentou "vender" os mesmos serviços para conseguir anular ou reduzir a multa da montadora. O relatório ressalta, no entanto, que a empresa não teria aceitado a oferta. (AE)

Saiba mais

Veja abaixo a lista das 20 empresas com maiores valores citadas nos processos com suspeita de irregularidade:

Banco Santander

R\$ 3,34 bilhões

Bradesco

R\$ 2,75 bilhões

Ford

R\$ 1,78 bilhões

Gerdau
R\$ 1,22 bilhões
Boston Negócios
R\$ 841,26 milhões
Safra
R\$ 767,56 milhões
Huawei
R\$ 733,18 milhões
RBS
R\$ 671,52 milhões
Camargo Correa
R\$ 668,77 milhões
MMC-Mitsubishi
R\$ 505,33 milhões
Carlos Alberto Mansur
R\$ 436,84 milhões
Copesul
R\$ 405,69 milhões
Liderprime
R\$ 280,43 milhões
Avipal/Granoleo
R\$ 272,28 milhões
Marcopolo
R\$ 261,19 milhões
Pedido de indiciamento

06/12/2015

O Estado de S.Paulo

Bovespa recua com correção de excessos e dólar fica estável

O Estado de S. Paulo - 06/12/2015

Após ter subido mais de 3% na quinta-feira, em meio à euforia com a aceitação do pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, a Bovespa corrigiu ontem parte dos exageros. Houve venda de ações para ajuste de preços e, ao mesmo tempo, avaliação de que o processo de impeachment pode ser demorado e prejudicar a economia até um desfecho. O Ibovespa - índice de referência da Bolsa brasileira - acabou em baixa de 2,23%, aos 45.360 pontos, encerrando a semana com recuo de 1,11%. Petrobrás esteve entre os destaques de baixa, penalizada pelo recuo do petróleo no exterior. O papel ON da estatal despencou 6,84% e o PN teve baixa de 5,76%. Gerdau PN e Metalúrgica Gerdau PN também registraram perdas consideráveis, de 9,63% e 8,95%, após o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) apontar irregularidades no julgamento de mais de 70 processos, envolvendo 73 empresas e pessoas físicas, entre elas a siderúrgica.

No segmento de câmbio, os investidores até ensaiaram uma recomposição de posições em dólar, também em busca de uma correção dos excessos de quinta-feira, quando a divisa americana caiu mais de 2%. Só que, mais do que na Bolsa, prevaleceu no câmbio à tarde a percepção de que, mesmo se demorar, o processo de impeachment é positivo porque pode levar à saída de Dilma do Planalto. Do exterior, o payroll (relatório de emprego dos EUA) trazia um viés positivo para o dólar ante várias divisas emergentes, incluindo o real. Mas essa tendência também acabou arrefecendo à tarde. Com isso, o dólar à vista fechou praticamente estável no Brasil, em leve alta de 0,03%, aos R\$ 3,7471. No mercado futuro, a divisa para janeiro cedeu 0,21%, aos R\$ 3,7855.

Em Nova York, os números positivos do pay-roll, que indicaram geração de 211 mil empregos em novembro, acima dos 200 mil esperados, reforçaram a leitura de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) poderá elevar juros neste mês. Nas bolsas, no entanto, os investidores se apegaram ao fato de que a economia americana mostra recuperação firme e

foram em busca de ações. Isso fez os principais índices subirem em torno de 2%: o Dow Jones avançou 2,12%, aos 17.847,63 pontos, o S&P 500 subiu 2,05%, aos 2.091,69 pontos, e o Nasdaq teve alta de 2,08%, aos 5.142,27 pontos.

Na renda fixa brasileira, o dia foi de baixa liquidez e cautela. Sem saber o futuro do processo de impeachment, ninguém quis mudar radicalmente de posição. Isso fez as taxas dos contratos futuros de juros encerrarem perto dos níveis de quinta-feira: o vencimento para janeiro de 2017 marcou 15,71%, ante 15,76% da véspera, e o contrato para janeiro de 2021 indicou 15,67%, ante 15,72%.

O Globo

Meta menor em 2016 ameaçaria nota do país

O Globo - 06/12/2015

Indicação foi dada pela diretora da S&P Lisa Schineller a analistas de mercado

Martha Beck
Bárbara Nascimento
BRASÍLIA

Analistas do mercado que conversaram com a diretora da agência Standard & Poor's (S&P) Lisa Schineller, na semana passada, quando a executiva esteve no Brasil, relataram que ela deu fortes indicações de que a redução da meta fiscal de 2016 seria motivo para um novo rebaixamento da nota de crédito do país.

Diante da queda acentuada da arrecadação e das dificuldades para o Congresso aprovar boa parte das medidas necessárias para garantir um superávit (resultado positivo na diferença entre receitas e despesas do governo), como a recriação da CPMF, o Ministério do Planejamento sugeriu ao Palácio do Planalto reduzir a meta. O Ministério da Fazenda, porém, é totalmente contrário à proposta.

Evitar frouxidão fiscal

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem defendido a manutenção da meta fiscal de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso, com o argumento de que a redução neste momento daria ao mercado um novo sinal de frouxidão fiscal, o que pioraria as expectativas e poderia provocar um novo rebaixamento da nota do Brasil pelas agências de classificação de risco.

O esforço é no sentido de não sinalizar aos agentes econômicos que o governo terá três anos consecutivos de déficit nas contas federais. Em valores nominais, a meta de 2016 foi fixada em R\$ 43,8 bilhões, dos quais R\$ 34,4 bilhões, ou 0,55% do PIB, cabem ao governo federal e o restante aos estados, municípios e estaduais. Mas, o mercado financeiro já estima um déficit primário de 0,7% do PIB nas contas do ano que vem, segundo a pesquisa Focus do Banco Central. Os analistas também esperam uma recessão de 3,19% do PIB em 2016.

No entanto, a Fazenda acredita que será possível chegar ao superávit prometido, não apenas com as medidas que o Congresso tem que aprovar, mas também com outras ações para melhorar a eficiência da arrecadação. Uma delas é a retomada dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Na próxima semana, por exemplo, estão na pauta para julgamento processos com valor de R\$ 200 bilhões em créditos tributários.

Recursos liberados

Ontem, foi publicado no Diário Oficial decreto que desbloqueia R\$ 11,2 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) que estavam congeladas desde segunda-feira. O bloqueio foi feito para atender recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a equipe econômica só gerisse o Orçamento com base em meta fiscal já aprovada pelo Congresso, que previa superávit de R\$ 55,3 bilhões. Na madrugada de quarta-feira, o Congresso deu aval para a revisão da meta fiscal de 2015, acomodando um déficit de até R\$ 119,9 bilhões.

Enquanto os parlamentares não davam o sinal verde para a nova meta, a equipe econômica optou por suspender os gastos. O contingenciamento afetou, por exemplo, diárias e passagens, salários de terceirizados, água, luz, telefone e aluguéis da União, além de investimentos.

Diário da Justiça - MT

Justiça aceita denúncia contra 16

06/12/2015

Brasília

A Justiça Federal em Brasília aceitou denúncia do Ministério Público Federal no Distrito Federal contra 16 pessoas suspeitas de participar do suposto esquema de compra de medidas provisórias investigado pela Operação Zelotes, da Polícia Federal (PF).

RÉUS

Com a decisão do juiz Vallisney de Souza Oliveira de acolher a denúncia, os 16 denunciados passam a ser réus no caso, podendo ser condenados ou absolvidos ao final do processo.

Na peça movida pelo Ministério Público, os procuradores apontaram provas dos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa e extorsão.

Deflagrada em março pela Polícia Federal, a Operação Zelotes investiga supostas irregularidades em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda que julga recursos a cobrança tributárias.

EMPRESAS

Segundo as investigações, empresas teriam atuado junto a conselheiros do órgão para que multas aplicadas a elas fossem reduzidas ou anuladas.

Na denúncia, o MP pediu que o grupo, composto por advogados, lobistas e servidores, devolva aos cofres públicos R\$ 2,4 milhões, por conta de benefícios fiscais concedidos a empresas do setor automobilístico, mas aprovadas mediante pagamento de propina.

Inicialmente voltada à apuração de supostas irregularidades no Carf, a Zelotes descobriu que uma das empresas que atuava no órgão recebeu R\$ 57 milhões de uma montadora de veículos entre 2009 e 2015 para aprovar emenda à Medida Provisória 471 de 2009, que rendeu a essa montadora benefícios fiscais de R\$ 879,5 milhões. Junto ao Carf, a montadora deixou de pagar R\$ 266 milhões.

DENÚNCIA

Além de integrantes dessas empresas, a denúncia também acusa membros de outra companhia. Entre os 16 denunciados, há também uma servidora do Executivo e um servidor do Senado. De todos os acusados, sete permanecem em prisão preventiva, decretada no fim de outubro.

A MP também beneficiou uma outra montadora, mas, na denúncia, os procuradores do Ministério Público não detectaram pagamento de propina para obtenção do benefício. A participação dessa segunda montadora deverá ser objeto de outro inquérito já pedido pelo órgão à Polícia Federal.

07/12/2015

Folha de S.Paulo

Oposição articula CPI que mire filho de Lula

Folha de S. Paulo - 07/12/2015

LUIS CLÁUDIO É INVESTIGADO PELA ZELOTES POR NEGÓCIOS COM LOBISTA

PSDB e DEM querem comissão na Câmara em 2016; apuração no Senado foi blindada pela base governista

AGUIRRE TALENTO
GUSTAVO URIBE

Com o fim do prazo da instalação de comissões parlamentares de inquérito no Congresso Nacional, partidos de oposição articulam uma nova CPI para 2016 que mire Luis Cláudio, filho do ex-pre-sidente Luiz Inácio Lula da Silva e investigado na Operação Zelotes por receber pagamentos de lobista.

A CPI do Carf (órgão do Ministério da Fazenda que julga recursos contra multas da Receita, alvo inicial da Zelotes), foi colocada na fila da Câmara e deve ganhar impulso após o desgaste

entre o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o governo Dilma, materializado pelo acolhimento do pedido de impeachment contra a petista.

As siglas de oposição, como PSDB e DEM, começaram na semana passada a discutir a estratégia com Cunha para emplacar a comissão parlamentar no início de 2016.

A empresa de Luis Cláudio, LFT Marketing Esportivo, recebeu pagamentos de cerca de R\$ 2,5 milhões do lobista Mauro Marcondes. A Polícia Federal e a Procuradoria investigam se há relação entre esses pagamentos e a prorrogação de medidas provisórias favoráveis ao setor automotivo, do qual Marcondes era lobista.

Luis Cláudio nega irregularidades e diz que foi pago por estudos de marketing esportivo para Marcondes.

O Senado já realizou uma CPI do **Carf** neste ano, mas ela terminou na última semana sem avanços em relação à investigação policial. A base governista blindou a convocação de personagens ligados ao ex-presidente.

Uma segunda possibilidade em discussão é criar uma CPI mista das Medidas Provisórias —na Câmara, a oposição avalia a possibilidade de criar essa comissão na Casa.

“Precisamos criar uma CPI mista, para que a composição não seja em sua maioria absoluta governista”, afirmou o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que presidiu a CPI do **Carf**.

Para ele, a comissão pode incluir também as recentes suspeitas de que Cunha recebeu pagamentos do banco BTG para favorecer a instituição em medidas provisórias, acusação negada por ambos.

Na Câmara, a CPI do BNDES deve acabar neste mês e a dos Maus-Tratos de Animais, no início do ano que vem, abrindo espaço para a instalação de novas comissões.

Correio Braziliense

Brasil tem 63 tributos

Correio Braziliense - 07/12/2015

Ao contrário da maioria dos países, que têm imposto único, o Brasil tem 63 tributos vigentes. Para agravar a complexidade do sistema brasileiro, são várias as instâncias onde tramitam ações tributárias.

O diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCFI), economista Bernard Appy, explica que, atualmente, cerca de R\$ 1,5 trilhão em impostos estão em contenciosos judiciais e administrativos na esfera do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) e de seus congêneres estaduais e municipais. Outros R\$ 500 bilhões são matérias tributárias em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além de R\$ 1,6 trilhão em dívidas ativas da União e de R\$ 1,4 trilhão de Estados e municípios. "Desses R\$ 3 trilhões, no entanto, só R\$ 500 bilhões são recuperáveis. O resto é crédito podre", calcula.

João Eloi Olenike, presidente do IBPT, explica que, nos Estados Unidos, por exemplo, há apenas um tributo sobre o consumo que vai de 6% a 12%. "Lá fora, os governos dão benefícios, esperam as empresas crescerem e gerarem lucro para arrecadar. No Brasil, são quatro grandes tributos de consumo, fora o que ainda é embutido no preço até o consumidor final. E tudo aqui é imediato. O governo quer pegar na frente", compara.

O especialista alerta que 70% da arrecadação do país é sobre consumo. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), PIS/Cofins e Imposto sobre Serviços (ISS) incidem em praticamente todos os produtos e serviços comercializados no país. "Só a compilação de leis do PIS/Cofins tem 1.826 páginas. Qualquer regulamento do ICMS tem esse tamanho, multiplicado por 27, porque cada unidade da federação tem um diferente", enumera Appy, do CCFI.

Ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy assinala que a maioria dos países aplica somente o Imposto sobre Valor Agregado e o grau de litígio é infinitamente menor do que existe em apenas um dos impostos brasileiros. "O IPI, por exemplo, não deveria existir pela quantidade de alíquotas. São milhares de diferenciações e isenções", lamenta Appy. "A questão da substituição tributária de ICMS, quando entra e sai de um estado para outro, é de uma complexidade cavalariça. A mesma coisa o PIS, por conta das isenções", assinala.

Para Eduardo Fleury, as substituições tributárias provocam aberrações. "Se uma empresa produz um parafuso e vende para outro estado, pode entrar como substituição se for peça para carro. Se for para qualquer outro fim, não tem substituição. Se mandar para um estado é uma regra, para outra unidade da federação, outra norma", reclama.

As isenções, além de complexas, diz Fleury, são ineficientes. "Nos produtos da cesta básica, por exemplo, quem mais se beneficia do favor fiscal são as famílias de classe média alta, e não os mais pobres", revela. Ele explica que, da renúncia de R\$ 10 bilhões da cesta, metade beneficia quem ganha mais de R\$ 4,1 mil por mês. "Ajuda a concentrar a renda", diz. (SK)

Revista ISTOÉ

Medidas nada provisórias

Revista ISTOÉ - 07/12/2015

Antonio Carlos Prado e Elaine Ortiz

Dezesseis pessoas supostamente envolvidas na compra de medidas provisórias foram denunciadas pela Procuradoria da República no Distrito Federal. Essa é a primeira denúncia a partir da Operação Zelotes, que vem investigando a atuação de quadrilhas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão pertencente à Receita. Há uma linha de ligação entre os acusados de fraude no Carf e aqueles que teriam participado da compra de MPs para o setor automotivo. Entre os denunciados estão o lobista Alexandre Paes dos Santos e a ex-assessora especial da Casa Civil Lytha Spindola. A denúncia trata de corrupção, extorsão e organização criminosa.

Coluna - A semana

Revista ISTOÉ - 07/12/2015

Antonio Carlos Prado e Elaine Ortiz

O almirante naufraga

Quando o STF decidiu há três meses fatiar a Operação Lava Jato, entendendo que crimes não ligados ao esquema de propina na Petrobras não deveriam ficar exclusivamente aos cuidados do ministro Teori Zavascki e do juiz Sérgio Moro, não faltaram vozes a dizer que se tratava de uma manobra para esvaziar as investigações. Bom para o País que esses comentários estavam equivocados. Na semana passada o juiz federal Marcelo da Costa Bretas, do Rio de Janeiro, aceitou a denúncia do MPF contra o ex-presidente da Eletronuclear, almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva (foto), acusado de corrupção nas obras da Usina Nuclear de Angra 3 – foi preso em julho pelo braço da Lava Jato que investiga o setor elétrico. Além dos crimes de corrupção ativa e passiva, Pinheiro da Silva responderá por lavagem de dinheiro e concussão (valer-se de cargo público para vender vantagens).

Agora ele é réu

Houve quem pensasse que o almirante Pinheiro da Silva seria beneficiado quando o seu processo saiu da mesa do magistrado Sérgio Moro, considerado implacável na luta contra a corrupção. Os fatos mostraram, porém, que há outros juizes federais também corajosos e empenhados em "combater o bom combate" contra a corrupção, como Marcelo da Costa Bretas, do Rio de Janeiro.

Novas prisões na Suíça

As mesmas investigações que apontam o suposto envolvimento de Marco Polo Del Nero e

Ricardo Teixeira no esquema de corrupção montado na Fifa levaram à prisão, na quinta-feira 3, os presidentes da Conmebol, Juan Angel Napout, e da Concacaf, Alfredo Hawit. Ambos foram presos em um hotel na Suíça.

Del Nero e Teixeira, "formalmente acusados"

No mesmo dia, Del Nero e Ricardo Teixeira foram "formalmente acusados" de extorsão, fraude e lavagem de dinheiro pela Justiça dos EUA que coordena as investigações sobre a bandalheira que se instalara na Fifa. Del Nero se licenciou da presidência da CPF.

Medidas nada provisórias

Dezesseis pessoas supostamente envolvidas na compra de medidas provisórias foram denunciadas pela Procuradoria da República no Distrito Federal. Essa é a primeira denúncia a partir da Operação Zelotes, que vem investigando a atuação de quadrilhas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão pertencente à Receita. Há uma linha de ligação entre os acusados de fraude no Carf e aqueles que teriam participado da compra de MPs para o setor automotivo. Entre os denunciados estão o lobista Alexandre Paes dos Santos e a ex-assessora especial da Casa Civil Lytha Spindola. A denúncia trata de corrupção, extorsão e organização criminosa.

Consultor Jurídico

O ano de 2015 foi difícil para aqueles que litigam em matéria tributária

07/12/2015

Por Saulo Mesquita e Márcio César Prata

O ano de 2015 se encaminha para o final como um ano difícil para os contribuintes. Além do atual estado de caos político e econômico em que o país está inserido, o que surtiu efeitos negativos em diversos setores da economia, os contribuintes que litigam em matéria tributária, seja judicial ou administrativamente, têm enfrentado uma composição bastante conservadora na 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça; um Supremo Tribunal Federal sem muitas novidades em matéria tributária; e um Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) que ficou por mais de nove meses paralisado, com previsão de retorno de suas atividades em dezembro, mas sem a certeza de que haverá julgamentos e com bastante controvérsia em relação à composição e ao novo regimento que, aliás, prevê, por exemplo, pautas temáticas de julgamento cujo conteúdo fica na prática adstrito apenas aos conselheiros, não sendo disponibilizado aos contribuintes e seus advogados, em flagrante cerceamento de defesa e desrespeito ao próprio Regimento do Carf.

No STF ainda estão pendentes de julgamento, com pedidos de vista ou adiados, diversos temas de relevância em matéria tributária, como a Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social; Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade; Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação; Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores; Fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social; e, a Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas operações de importação de veículos automotores por pessoa natural para uso próprio.

Já o STJ, como reflexo da sua composição mais conservadora, os julgamentos favoráveis aos contribuintes foram minoria e temas de extrema importância deverão ser julgados ainda com essa composição, eis que o ministro mais próximo da aposentadoria (ano 2020) é um dos poucos que possui mais decisões favoráveis do que desfavoráveis aos contribuintes.

Exemplo da conservadora postura da 1ª Seção daquele STJ foi o julgamento do REsp 1.200.492 (Repetitivo), onde, em uma mudança brusca da jurisprudência da corte, restou assentada a incidência da contribuição social destinada ao PIS e da Cofins sobre juros sobre capital próprio, à luz das Leis 10.637/02 e 10.833/2003 (regime não cumulativo de tributação), bem como dos Decretos 5.164/2004 e 5.442/2005.

Ainda não foram finalizados julgamentos que envolvem, por exemplo, a possibilidade de exclusão, da base de cálculo do PIS e da Cofins, dos valores que, computados como receitas, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, nos termos do artigo 3º, § 2º, inciso III, da Lei 9.718/98; a controvérsia acerca da regra geral de incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, com foco nos juros incidentes sobre benefícios previdenciários pagos em atraso; a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no artigo 40 e parágrafos da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80); o início da contagem do prazo prescricional para redirecionamento da execução fiscal, entre outros diversos.

Já o **Carf**, com uma nova composição e um novo regimento, tem causado bastante discussão, especialmente no que diz respeito a impossibilidade de alteração dos horários dos processos incluídos na pauta de julgamento (preferência, antecipação ou adiamento) e dos pedidos de retirada de pauta. Tais procedimentos, que eram comuns em outros tempos, agora se tornaram um martírio para os advogados que possuem grandes quantidades de processos no **Carf**, pois, via de regra, são pautados processos diferentes, envolvendo o mesmo contribuinte, em colegiados distintos e para o mesmo horário.

Dessa forma, verifica-se que tal sistemática, criada com a intenção de dar maior celeridade aos julgamentos, não se adequam à realidade do Órgão e poderão causar enormes prejuízos aos contribuintes, diante da impossibilidade de flexibilização da pauta.

É o que já se pode verificar com a recente publicação da pauta de julgamentos das Câmaras Superiores do **Carf**, que tomamos como exemplo a pauta publicada pela 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, que, mesmo diante da nova composição do Conselho, incluiu para exame processos envolvendo temas dos mais relevantes, como, por exemplo, ágio (em suas diversas modalidades), lucros no exterior, juros sobre capital próprio, preço de transferência entre outros, que sempre são matérias que envolvem quantias vultuosas.

Não estamos a questionar a capacidade dos novos conselheiros representantes dos contribuintes, muito pelo contrário, todos os nomeados apresentam excelentes qualificações. O que se destaca é o momento da inclusão destes temas na pauta daquele Colegiado, em razão de suas complexidades e a nova formatação deste Conselho, sendo esta a primeira sessão de julgamentos após a paralisação das atividades do tribunal. Nos parece que faltou apenas parcimônia na hora de elaboração desta pauta, sendo que temas de tamanha relevância deveriam ser analisados após um certo tempo de amadurecimento das discussões e não como simplesmente uma forma de resolver os problemas do **Carf** - quiçá de governo - de forma mais rápida.